



## GRANDES CIENTISTAS SOCIAIS

13

Textos básicos de Ciências Sociais, selecionados com a supervisão geral do Prof. Florestan Fernandes. Abrangendo seis disciplinas fundamentais da ciência social - Sociologia, História, Economia, Psicologia, Política e Antropologia - a coleção apresenta os autores modernos e contemporâneos de maior destaque mundial, focalizados através de introdução crítica e biobibliográfica, assinada por especialistas da universidade brasileira. A essa introdução crítica segue-se uma coletânea dos textos mais representativos de cada autor.

**WEBER** A importância de Max Weber (1864-1920) para o desenvolvimento das ciências sociais é imensa. As contribuições weberianas se estendem por todas as áreas das ciências sociais, com exceção da Antropologia. A Sociologia o reconhece como um dos seus mestres máximos, e quase não há trabalho sociológico em que a presença das suas idéias não se faça sentir, explícita ou implicitamente (e não raro a contragosto dos próprios autores). A presença muito forte de Weber no pensamento sociológico latino-americano foi facilitada pelo empreendimento pioneiro da edição mexicana de sua obra máxima, *Economia e Sociedade*, já em 1944 (a edição integral norte-americana é de 1968, e a francesa se faz neste momento). Apontar a presença de Weber no Brasil equivale praticamente a arrolar os principais autores e muitos dos trabalhos que se definiram a partir da obra de Weber. A importância de Weber para a sociologia brasileira é evidente. A obra de Weber é a base do seu pensamento.

Max Weber



0000023230

ISBN 85-08-01195-8



9 788508 011958

WEBER

316 M468



# Weber

Organizador: Gabriel Cohn  
Coordenador: Florestan Fernandes

## SOCIOLOGIA



**Consultoria geral**  
Florestan Fernandes  
**Coordenação editorial**  
Maria Carolina de Araujo  
**Tradução**  
Amélia Cohn e Gabriel Cohn  
**Redação**  
Danilo A. Q. Morales

**Produção gráfica**  
Elaine Regina de Oliveira  
**Layout de capa**  
Elifas Andreato

IMPRESSÃO E ACABAMENTO  
Bartira Gráfica e Editora Ltda.



ISBN 85 08 01145 8

2003

Todos os direitos reservados pela Editora Ática  
Rua Barão de Iguape, 110 – CEP 01507-900  
Caixa Postal 2937 – CEP 01065-970  
São Paulo – SP  
Tel.: 0XX 11 3346-3000 – Fax: 0XX 11 3277-4146  
Internet: <http://www.atica.com.br>  
e-mail: [editora@atica.com.br](mailto:editora@atica.com.br)

FACULDADE DOS GUARARAPES-FG	
Sistema F. Estado de F. Ciências - SIB	
Nº DE REGISTRO 2323	DATA
INSCRIÇÃO 14	18/09/06

# SUMÁRIO

FACULDADE DOS GUARARAPES	
BIBLIOTECA CENTRAL	
DATA DE REGISTRO 08/10/04	ELABORADO 10/04/05

## INTRODUÇÃO

(por Gabriel Cohn),

7

## TEXTOS DE WEBER

1. As causas sociais do declínio da cultura antiga, 37
2. O Estado nacional e a política econômica, 58
3. A "objetividade" do conhecimento nas Ciências Sociais, 79
4. Os três tipos puros de dominação legítima, 128
5. Religião e racionalidade econômica, 142

**ÍNDICE ANALÍTICO E ONOMÁSTICO,** 160

## 2. O ESTADO NACIONAL E A POLÍTICA ECONÔMICA \*

A formulação do meu tema promete muito mais do que posso e pretendo cumprir aqui. Meu primeiro objetivo é expor, através de *um exemplo*, o papel que as diferenças físicas e psíquicas de caráter racial entre nacionalidades desempenham na luta econômica pela existência. Com base nisso quero tecer alguns comentários acerca da posição de um Estado de base nacional, como é o nosso, no âmbito das considerações de política econômica. Para esse exemplo tomo um conjunto de eventos que se desenrolam distantes de nós, mas que vem despertando a atenção pública desde há uma década. Assim, convido-os para acompanharem-me às fronteiras orientais do reino, para as planícies da província da Prússia Ocidental. Nesse cenário combinam-se as características de uma região nacional limite com diferenças excepcionalmente acentuadas nas condições de existência econômicas e sociais. Lamento não poder evitar, nesse passo, a apresentação de uma série de dados secos, para os quais solicito sua paciência.

A província compreende, nos seus distritos rurais, contrastes de três tipos.

Em primeiro lugar, exhibe extraordinárias diferenças na qualidade da terra cultivável: entre as terras férteis da planície e os solos arenosos mais altos, as diferenças nas estimativas fiscais de rendimentos líquidos atingem magnitudes da ordem de 10 e 20 vezes. (...)

Em seguida, há contrastes na estratificação social da população que cultiva esse solo. Como é de regra no leste, também aqui os

\* Reproduzido de WEBER, M. "Der Nationalstaat und die Volkswirtschaftspolitik." In: *Gesammelte politische Schriften*. 3. ed. ampliada. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1971. p. 2-25. Trad. por Gabriel Cohn.

registros administrativos conhecem, além da "comunidade rural", uma segunda forma de unidade comunal: a "circunscrição fundiária" [cujo centro é uma grande propriedade]. Em consonância com isso, destacam-se na paisagem, por sobre as aldeias camponesas, as propriedades senhoriais — as sedes da classe que imprime sua marca sobre a configuração social oriental, os *Junker*: quintas senhoriais, cercadas pelas cabanas que o senhor reserva, juntamente com parcelas cultiváveis e pastagens, para os trabalhadores diaristas obrigados ao trabalho nas suas terras ao longo do ano. O território divide-se mais ou menos igualmente pelas duas formas. Mas, nas diversas regiões, a participação das circunscrições fundiárias oscila entre poucos por cento até dois terços das áreas das comarcas.

Finalmente, o terceiro contraste no interior dessa população assim estratificada em duas camadas sociais é o das *nacionalidades*. E também a composição nacional das diversas unidades comunais varia de região para região. É esta diversidade que nos interessa. Naturalmente a presença polonesa é mais densa à medida que nos aproximamos da fronteira. Mas, como revela qualquer mapa lingüístico, ela também aumenta em proporção *inversa* à qualidade do solo. Procurar-se-á de início, e não totalmente sem razão, explicar isso historicamente, pela natureza da ocupação alemã, que principiou pela área mais fértil. Mas, se perguntarmos sobre quais são as *camadas sociais* portadoras do germanismo ou da nacionalidade polonesa, então os dados demográficos, mais recentes, de 1885, exibem um quadro digno de nota. Ainda que esses dados não forneçam diretamente a composição nacional das comunidades, é possível — se nos contentarmos com cifras aproximadas — obtê-las indiretamente: por intermédio da confissão religiosa que, no território em questão, coincide quase integralmente com a nacionalidade. Quando separamos as categorias econômicas das aldeias camponesas e das propriedades senhoriais mediante a sua identificação, igualmente imprecisa, com as comunidades rurais por um lado e as circunscrições fundiárias pelo outro, verificamos que há uma relação *inversa* entre a qualidade do solo e a sua composição por nacionalidade. Nas áreas férteis encontram-se os católicos, vale dizer os *poloneses*, em maior número nas *propriedades*, e os evangélicos, ou seja, os *alemães*, nas *aldeias* — e a situação é exatamente a inversa nas áreas com solos de má qualidade (...). Como ocorre isso? Por que os poloneses se concentram nas propriedades da planície e nas aldeias das terras altas? Desde logo pode-se constatar que os *poloneses tendem a concentrar-se*

na camada econômica e socialmente mais baixa da população. Nas terras férteis como as da planície, o camponês sempre tinha condições de vida superiores às do diarista nas grandes propriedades, ao passo que, nas terras piores e que só eram suscetíveis de exploração econômica racional em grande escala, a propriedade senhorial era a portadora da cultura e, por essa via, da germanidade; os paupérrimos pequenos camponeses ainda hoje têm condições de vida inferiores às dos diaristas. Fora necessária outra forma de conhecer isso, nós a teríamos na composição etária da população. Quando acompanhamos as aldeias até as áreas mais elevadas verificamos que a participação de crianças de menos de 14 anos na população aumenta na proporção da redução da qualidade do solo, passando de 35 a 41%. E quando comparamos as propriedades com isso, verificamos que a proporção de crianças na planície é maior do que a das aldeias, e aumenta à medida que subimos, embora em escala inferior do que ocorre com as aldeias. E, finalmente, quando atingimos as terras mais altas, revela-se menor. Aqui como em toda parte o grande número de filhos acompanha a baixa condição de vida, que sufoca as considerações sobre a manutenção no futuro.

Há uma identidade entre cultura econômica, condições relativamente elevadas de vida e *germanidade* na Prússia Ocidental. No entanto, ambas as nacionalidades concorrem entre si há séculos no mesmo solo e sob igualdade de condições. Qual é, então, o fundamento dessa distinção? Fica-se tentado de imediato a acreditar numa diferença da *capacidade adaptativa* das duas nacionalidades, que repouse em qualidades físicas e psíquicas de caráter racial. E com efeito é essa a causa. A prova disso está na tendência que se manifesta no *deslocamento* da população e das nacionalidades, e que ao mesmo tempo revela o caráter fatal que essa diferença de capacidade adaptativa assume para a população alemã oriental.

Os dados disponíveis para a observação desses deslocamentos nas diversas comarcas restringem-se ao período entre 1871 e 1885, e apenas nos permitem detectar de modo impreciso o início de um processo que, segundo tudo o que sabemos, tem-se acentuado extraordinariamente desde então. Além disso, a precisão dos dados numéricos naturalmente é afetada pela identificação, incontornável mas não totalmente rigorosa, entre confissão e nacionalidade por um lado e entre divisões administrativas e estratificação social pelo outro. Isso não nos impede, contudo, de ver com bastante clareza aquilo que interessa.

A população rural da província, como de resto a de grande parte de toda a região oriental, ostentou uma tendência para o *decrécimo* no período entre 1880 e 1885. (...) Assim como os fenômenos comentados até aqui, também esse distribui-se desigualmente: em algumas áreas essa tendência defronta-se com um aumento da população rural. O modo como essas ordens de fenômenos se distribuem é bastante peculiar. Se tomarmos primeiramente as diversas qualidades de solo, a suposição natural será de que o decréscimo terá afetado com mais força os *piores* solos, nos quais a pressão da queda dos preços agrícolas terá feito sentir-se primeiro. Um exame dos números mostra que se deu o *contrário*: áreas com rendas líquidas médias da ordem de 15 a 17 marcos sofreram a maior *queda* populacional, ao passo que áreas com uma renda líquida da ordem de 5 a 6 marcos sofreram o *aumento* mais acentuado, que se mantém constante desde 1871. Busca-se uma explicação e a primeira questão é: quais são as camadas sociais nas quais essa saída populacional tem origem e, por outro lado, quais são as beneficiadas por isso? Um exame das áreas com forte decréscimo populacional revela que elas constituem sempre aquelas nas quais o domínio da *grande propriedade fundiária* é particularmente forte. Se o exame se estende ao conjunto das *circunscrições fundiárias*, verifica-se que, apesar de elas já terem apresentado por volta de 1880 uma população inferior em dois terços à das aldeias, com igualdade de territórios ocupados, são responsáveis por 3/4 do decréscimo populacional, sendo que nelas próprias a população diminuiu em cerca de 3,7%. Mas também *entre* as propriedades essa diminuição está desigualmente distribuída. Em algumas houve um aumento, e quando isolamos as regiões com forte diminuição da população fundiária revela-se que precisamente as propriedades com solos *bons* sofreram uma retirada populacional especialmente forte.

Por outro lado, o aumento populacional que se verificou nos solos áridos das regiões mais altas beneficiou primariamente as aldeias, e com maior força precisamente as aldeias com solos de *má* qualidade, em contraste com as da planície. A tendência, portanto, é no sentido da *diminuição dos assalariados diaristas* das propriedades nos *melhores solos* e do *aumento dos camponeses nos piores*. O que está em causa nisso e como se poderá explicá-lo é algo que se esclarece quando, também aqui, pomos a questão de como as *nacionalidades* se comportam em relação a esses deslocamentos.

Na primeira metade do século XIX os poloneses pareciam estar recuando lenta mas persistentemente no leste alemão mas, como é sabido, a partir dos anos 60 eles passaram a avançar da mesma maneira compassada. Isso é confirmado nitidamente para o caso da Prússia Ocidental através dos levantamentos lingüísticos, a despeito da insuficiência das suas bases. O deslocamento de uma fronteira entre nacionalidades pode dar-se de dois modos, distintos em princípio. Por um lado, através da outorga gradativa da língua e dos costumes majoritários a minorias nacionais no território com mescla de nacionalidades, de tal modo que elas sejam "absorvidas". Esse fenômeno também é encontrado no leste alemão: ele se processa de modo estatisticamente comprovável no caso dos alemães de confissão católica. O laço eclesiástico é mais forte aqui do que o nacional, envolvendo reminiscências da política anticatólica de Bismarck, e a carência de um clero germanicamente educado permite que eles se percam para a comunidade cultural nacional.

Mais importante para nós, contudo, e também mais interessante, é a segunda forma do deslocamento de nacionalidades: a de caráter econômico. Esta ocorre no caso em exame. Um exame das mudanças da participação das confissões nas unidades comunais rurais entre 1871 e 1885 revela que a saída dos assalariados está sistematicamente relacionada com um decréscimo do protestantismo na planície, enquanto que um acréscimo da população aldeã nas terras altas é acompanhado por um aumento relativo do catolicismo. *São principalmente os assalariados alemães que se retiram das áreas com elevada cultura; são principalmente os camponeses poloneses que se multiplicam nas áreas de baixo nível cultural.*

Ambos os processos, todavia — a retirada aqui e o aumento lá — conduzem afinal a uma mesma causa: *as baixas exigências quanto à condição de vida*, em termos materiais e também ideais, que a raça eslava adquiriu, por natureza ou por cultivo ao longo do seu passado. Foi isso que a auxiliou na sua vitória.

Por que se retiram os assalariados alemães? Não é por motivos materiais. Os retirantes não são recrutados nas regiões com baixo nível salarial, nem nas categorias de trabalhadores mal remunerados; dificilmente se encontrará situação mais segura materialmente do que a de trabalhador nas propriedades da região oriental alemã. Tampouco vale a freqüente invocação do anseio pelas delícias da cidade grande. Ele

é motivo para a saída irrefletida de jovens mas não para a retirada de famílias de diaristas com longo tempo de serviço. Além disso, como se explica que esse desejo seja despertado precisamente entre aqueles que vivem nas áreas dominadas pela grande propriedade, por que podemos provar que a saída de assalariados diminui na mesma proporção em que a *aldeia camponesa* domina a fisionomia da paisagem? O motivo é *este*: nos complexos fundiários da sua pátria somente existem para os diaristas o senhor e o serviçal, e para os seus descendentes, até os mais remotos, apenas a perspectiva da labuta em solo alheio ao som do sino senhorial. Nesse impulso obscuro e pouco consciente para longe se esconde algo de um idealismo primitivo. Quem não conseguir decifrá-lo não conhece o fascínio da *liberdade*. Com efeito: é raro que o seu espírito nos comova no silêncio da biblioteca. Os ingênuos ideais libertários da nossa juventude empalideceram e alguns entre nós tornaram-se prematuramente velhos e por demais inteligentes. Para estes, um dos impulsos primordiais do coração humano foi levado à tumba com as frases de efeito de uma concepção política e econômica decadente.

Trata-se de um processo de psicologia das massas: os trabalhadores rurais alemães não mais conseguem adaptar-se às condições de vida *sociais* da sua pátria. Queixas sobre a sua "autoconsciência" vêm-nos dos grandes proprietários rurais da Prússia Ocidental. A velha relação patriarcal entre os ocupantes da propriedade fundiária, que vinculava imediatamente o diarista aos interesses da produção rural na qualidade de pequeno lavrador com direito à participação, está em vias de desaparecer. O trabalho sazonal nas áreas produtoras de beterraba exige trabalhadores sazonais e salário monetário. A sua perspectiva é a de uma existência puramente proletária, mas sem a possibilidade daquela enérgica ascensão para a independência econômica que o proletariado industrial concentrado nas cidades preenche de maneira consciente.

O ajustamento a essas condições de existência é melhor realizado por aqueles que vêm substituir os alemães: os trabalhadores itinerantes poloneses, vagas nômades de dezenas de milhares que, contratados por agentes na Rússia, atravessam as fronteiras na primavera para novamente partirem no outono. Primeiramente eles aparecem na esteira do cultivo da beterraba para a produção de açúcar, que converte o empreendimento agrícola numa indústria sazonal. Depois, sua presença se generaliza, porque propiciam economias em habitações para traba-

lhadores e em deveres sociais, além de que, como estrangeiros, sua situação é precária e eles estão à mercê dos proprietários. A agonia econômica dos antigos senhores fundiários prussianos, dos *Junker*, desenrola-se com esses sintomas. Nas propriedades dedicadas ao cultivo da beterraba o senhor fundiário patriarcal foi substituído por um estamento de empresários industriais. Enquanto isso, nas terras altas, a crise econômica faz ruir as propriedades, e colônias de arrendatários e pequenos agricultores emergem nas suas franjas. Desaparecem os fundamentos econômicos da posição de poder da antiga nobreza fundiária, ela própria converte-se em algo diverso do que era.

E por que são os camponeses *poloneses* que ganham terreno? Será devido à superioridade da sua inteligência econômica ou do seu poder de capital? Pelo contrário, é ao inverso disso. Sob um clima e num solo que permite, ao lado da pecuária extensiva, essencialmente a produção de forragens e batatas, fica menos ameaçado pelos riscos do mercado aquele que leva os seus produtos ali onde eles menos se desvalorizam pela queda dos preços: ao seu próprio estômago. Ou seja, o produtor para *subsistência*. Além disso, é beneficiado aquele que pode aquilatar as suas necessidades no nível *mais baixo*, que formula exigências mínimas quanto à sua condição de vida do ponto de vista físico e ideal. O pequeno agricultor polonês do leste alemão é um tipo que difere profundamente daquele que vemos dedicar-se à mini-agricultura e à horticultura nas cercanias das cidades neste abençoado vale do Reno. O pequeno agricultor polonês ganha terreno porque ele, de certo modo, come a própria grama, não *apesar* mas *por causa* dos seus hábitos de vida mesquinhos tanto física quanto espiritualmente.

Tudo indica que estamos diante de um *processo de seleção*. Ambas as nacionalidades estão inseridas há longo tempo nas mesmas condições de existência. A consequência *não* foi, ao contrário do que concebe o materialismo vulgar, que elas tenham adquirido as mesmas qualidades físicas e psíquicas, mas sim que uma cede lugar para outra, que vence aquela com maior capacidade de adaptação às dadas condições sociais e econômicas de vida.

Essas diferentes capacidades adaptativas parecem ser trazidas por elas como uma grandeza constante. Talvez elas pudessem ser eliminadas após processos de cultivo que se estenderiam por gerações, tal como possivelmente foram geradas ao longo de milênios. Mas, para as condi-

ções do presente, elas devem ser levadas em conta como algo dado<sup>1</sup>.

Ao contrário do que pensam os otimistas entre nós, vê-se que nem sempre a seleção realizada num livre jogo de forças acaba beneficiando a nacionalidade mais desenvolvida ou melhor dotada economicamente. A história humana conhece a vitória de tipos humanos evoluídos e a extinção de expressões mais elevadas da vida espiritual e moral, quando a comunidade que era sua portadora perdeu a capacidade adaptativa em relação às suas condições de vida, seja devido à sua organização social, seja pelas suas qualidades raciais. No nosso caso a nacionalidade situada mais abaixo em termos de desenvolvimento econômico é ajudada na sua vitória pela transformação das formas da empresa agrária e pela violenta crise da agricultura. Há um efeito paralelo e conjunto do incentivo ao cultivo da beterraba e baixa rentabilidade da produção mercantil de cereais, que operam no mesmo sentido: o primeiro cria o trabalhador sazonal polonês, o segundo engendra o pequeno agricultor polonês.

Admito sem hesitar que não tenho condições para desenvolver teoricamente o alcance das perspectivas que eventualmente possam ser obtidas a partir dos fatos que viemos examinando. Não ousou sequer tocar na questão infinitamente difícil e por ora certamente insolúvel

<sup>1</sup> Creio não ser necessário observar que as questões que se levantam nas ciências naturais acerca do alcance do princípio da seleção e, de modo geral, o uso do conceito de "cultivo" nas *ciências naturais* e todas as considerações referentes a esse domínio, que me é estranho, são irrelevantes para as observações acima. O conceito de "seleção" é hoje um patrimônio comum tal como, por exemplo, a hipótese heliocêntrica, e a idéia do "cultivo" de homens já comparece na República platônica. Ambos os conceitos já foram utilizados, por exemplo, por F. A. Lange na sua obra sobre a *Questão operária* e de há muito são tão familiares entre nós que é impossível um mal-entendido, por parte de quem quer que conheça a nossa literatura. Uma questão mais difícil é a referente ao valor que podemos atribuir às tentativas mais recentes, instigantes mas suscetíveis de sérias dúvidas quanto ao método e aos resultados, e indubitavelmente falhas em certos exageros, no sentido de estender o alcance do ponto de vista da seleção conforme Darwin e Weismann ao campo da pesquisa econômica. Apesar disso, as obras de Otto Ammon (*A seleção natural entre os homens, A ordem social e seus fundamentos naturais*) merecem mais atenção do que têm obtido, apesar de todas as restrições cabíveis. Uma falha da maior parte das contribuições para o esclarecimento de problemas na nossa ciência provindas das ciências naturais reside na pretensão equivocada de "refutarem" o socialismo. Tão empenhados se acham nisso que acabam involuntariamente convertendo uma "teoria de ciência natural" da ordem social numa apologia dessa mesma ordem.

acerca de *onde* se encontra o limite para a variabilidade das qualidades físicas e psíquicas de uma população sob a influência das condições de vida em que estão colocadas.

Nesse ponto, a pergunta involuntária que de imediato ocorre a todos é: o que pode e deve ocorrer aqui? Permitam-me, no entanto, dispensar-me de tratar mais a fundo esse tema e que eu mencione as duas exigências que, no meu entender, devem ser postas da perspectiva do germanismo e efetivamente vêm sendo colocadas com crescente unanimidade. A primeira é: fechamento da fronteira oriental. Ela foi realizada sob o príncipe Bismarck e revogada quando da sua retirada, em 1890; o domicílio permanente continuou negado aos estrangeiros, mas a sua entrada era permitida enquanto trabalhadores itinerantes. Um latifundiário com “consciência de classe” posto à frente da Prússia excluiu-os tendo em mente a manutenção da nossa nacionalidade — e o odioso adversário dos grupos agrários admitiu-os, no interesse dos latifundiários, que são os beneficiários *exclusivos* da sua incorporação. Nem sempre, como se vê, o “ponto de vista econômico de classe” é decisivo nas questões de política econômica; *neste caso* a circunstância decisiva foi a passagem do leme do Estado de uma mão forte para uma mais fraca. A outra exigência é: a compra sistemática de terras pelo Estado, ou seja, a expansão dos domínios de propriedade real por um lado, e a colonização sistemática por agricultores alemães em terras próprias, especificamente em terras de domínio apropriadas, pelo outro. Empreendimentos de grande vulto que só podem ser mantidos às custas da germanidade merecem perecer do ponto de vista nacional, e abandoná-las à própria sorte significaria permitir, através do parcelamento gradual, o surgimento de colônias de fome eslavas, incapazes de se manterem.

E não é apenas o interesse na contenção do fluxo eslavo que demanda a passagem de partes importantes das terras orientais para as mãos do Estado, mas também a devastadora crítica que os próprios latifundiários dirigem contra a manutenção da sua propriedade privada quando reclamam serem liberados do risco, da responsabilidade pelo que possuem — ou seja, daquilo que é sua única autojustificativa — através de um monopólio dos cereais e uma contribuição anual de meio milhão de marcos.

De todo modo, não pretendo tratar hoje da questão prática da política agrária prussiana. Pretendo deter-me sobre a circunstância de que uma questão como essa sequer ocorra entre nós, *etc* que atribuamos

alguma importância à germanidade do leste, que consideremos que ela *deve* ser protegida e que para tanto a política econômica do Estado também deva ser acionada. É a circunstância de que nosso Estado é um *Estado nacional* que nos leva a nos sentirmos no direito a essa exigência.

Qual é, no entanto, a posição da política econômica em face disso? Serão para ela esses juízos de valor nacionalistas prejuízos, dos quais cumpriria livrar-se cuidadosamente para poder aquilatar os fatos econômicos conforme o seu próprio critério de valor, sem influências de reflexos emocionais? E *qual* é esse critério de valor “próprio” da política econômica? A essas questões pretendo dedicar-me em seguida.

A luta econômica entre as nacionalidades também segue o seu curso sob a aparência de “paz”, como vimos. Não é no combate aberto que os camponeses e diaristas alemães do leste foram desalojados por adversários politicamente superiores: é na silenciosa e enfadonha luta da vida econômica cotidiana que eles perdem em face de uma raça inferior, abandonam a pátria e vão submergir num futuro obscuro. Não há *paz* também na *luta* econômica pela existência; somente quem toma aquela aparência de paz pela verdade pode crer que o futuro reserve paz e felicidade para os nossos descendentes. Como sabemos, a política econômica nacional é concebida vulgarmente como uma especulação sobre receitas para oferecer felicidade ao mundo. Para quem pensa assim, a melhoria da “balança do prazer” da existência humana é a única meta compreensível do nosso trabalho. Basta, no entanto, a negra seriedade do problema populacional para impedir-nos de ser eudemonistas, de presumir a paz e a felicidade humana escondidas no seio do futuro e de acreditar que haja outra forma de abrir seu espaço na existência terrena senão a da dura luta do homem com o homem.

Seguramente não existe trabalho na área da política econômica que não tenha fundamento altruísta. Os frutos de todo o esforço de política econômica e social do presente apenas beneficiarão, na sua grande maioria, a próxima geração. Nosso trabalho somente pode ser voltado para o *futuro*, para nossos descendentes, se é que deva ter um sentido. Mas tampouco existe um trabalho de política econômica baseado em esperanças otimistas de felicidade. Para o sonho da paz e da felicidade humana o portão do futuro desconhecido reserva a advertência: “*lasciate ogni speranza*”.

A questão que move nosso pensamento para além da própria geração e que na realidade fundamenta qualquer trabalho de política

econômica não se refere a *como estarão* os homens do futuro, mas sim a *como serão*. Não buscamos criar o bem-estar dos homens, mas sim aquelas características às quais atribuímos a grandeza humana e a nobreza da nossa natureza.

As doutrinas econômicas têm alternativamente enfatizado ou mesmo identificado ingenuamente, enquanto critérios de valor, o problema técnico-econômico da produção de bens e o problema da distribuição de bens, da “justiça social”. E contudo sempre acabou vindo à tona, de modo semi-inconsciente mas dominante, o conhecimento de que uma ciência do *homem*, como é a Economia Política, pergunta antes de mais nada sobre a *qualidade dos homens* que são criados por essas condições de existência econômicas e sociais. E nesse ponto temos que precaver-nos contra uma ilusão.

A Economia Política enquanto ciência explicativa e analítica é *internacional* mas, tão logo pronuncia *juízos de valor*, está vinculada àquela expressão da humanidade que encontramos no nosso próprio ser. Isso vale com maior força precisamente quando imaginamos termos-nos despedido plenamente da nossa pele. E — para usar uma imagem um tanto fantástica — se nos fosse dado retornar ao mundo dos vivos após milênios, então seriam os traços remotos do nosso próprio ser que iríamos procurar na fisionomia da humanidade futura. Também os nossos ideais terrenos mais sublimes são mutáveis e transitórios. Não podemos tentar impô-los ao futuro. Mas podemos querer que ele reconheça no nosso modo de ser a figura *dos seus próprios antepassados*. Nós, como nosso trabalho e nosso ser, queremos ser os antepassados da humanidade futura.

Assim, a política econômica de um Estado alemão, assim como o critério de valor do teórico econômico alemão, somente podem ser alemães.

Será isso diferente desde que o desenvolvimento econômico começou a formar uma comunidade econômica abrangente das nações para além das fronteiras nacionais? Será necessário por isso lançar ao ferro velho o critério de julgamento “nacionalista” junto com o “egoísmo nacional”? Será que a luta pela autonomia econômica com vistas à própria mulher e filhos esteja obsoleta desde que a família foi despida das suas antigas funções como comunidade produtiva e tenha sido integrada no círculo da comunidade econômica nacional? Sabemos que esse *não* é o caso: essa luta assumiu *outras formas* — formas a respeito das quais ainda se poderia perguntar se devem ser encaradas como uma

suavização ou mais propriamente como uma interiorização e aguçamento dessa luta. Desse modo a comunidade econômica nacional não passa de uma outra forma do embate entre as nações, e isso de tal maneira que a luta pela afirmação da própria cultura não foi atenuada mas sim *dificultada*, porque traz à arena interesses materiais existentes no próprio seio da nação, que se aliam *contra* o seu futuro.

Não é a paz e a felicidade que devemos legar aos vindouros mas sim a *eterna luta* pela manutenção e aperfeiçoamento do nosso modo de ser nacional. E não deveríamos render-nos à esperança otimista de que com o desenvolvimento máximo da cultura econômica entre nós essa tarefa esteja realizada e de que a seleção através do confronto econômico livre e “pacífico” conduza o tipo mais evoluído espontaneamente à vitória.

Seremos responsabilizados perante a História pelos nossos herdeiros *não* pela organização econômica que lhes legarmos, mas pela amplitude do espaço de ação que consigamos e deixemos para eles. Os processos de desenvolvimento econômico são também em última instância lutas de *poder*. São interesses de *poder* nacional sempre que postos em questão, e são os interesses últimos e decisivos que a política econômica de uma nação deve servir. A ciência da política econômica nacional é uma ciência *política*. Ela é uma serva da política, não da política momentânea dos grupos e classes dominantes no momento, mas dos perenes interesses de poder nacional. E o *Estado nacional* não representa para nós algo indefinido, que se imagina estar elevando tanto mais alto quanto mais a sua essência fica recoberta por névoas místicas, mas a organização mundana do poder nacional. E nesse Estado nacional o critério de valor definitivo que vale também para o ponto de vista da política econômica é para nós a “*razão de Estado*”. Ela não significa para nós, ao contrário de um estranho mal-entendido, a “ajuda do Estado” no lugar da “ajuda própria”, a regulamentação estatal da vida econômica no lugar do livre jogo das forças econômicas. O que queremos exprimir, ao falarmos de razão de Estado, é a reivindicação de que o interesse de poder econômico e político da nossa nação e do seu portador, o Estado nacional alemão, seja a instância final e decisiva para as questões da política econômica alemã. E isso refere-se também a questões como a de se o Estado deve, e em que medida, interferir na vida econômica ou então se, e quando, deve liberar as forças econômicas nacionais para sua livre expansão e derrubar suas peias.

Terá sido supérfluo recordar essas aparentes obviedades? Ou será esse o caso, por serem elas evocadas precisamente por um representante mais jovem das ciências econômicas? Não me parece, pois tudo indica que é justamente a nossa geração que mais freqüentemente perde de vista os fundamentos mais simples do julgamento. Somos testemunhas de como o seu interesse pelas questões que movem a nossa ciência aumenta de modo inaudito. Avança em todos os domínios o modo econômico de considerar os problemas. Política social no lugar da política, relações de poder econômicas no lugar de relações jurídicas, história da cultura e da economia no lugar da história política passam para o primeiro plano das considerações. (...) Um dos nossos teóricos mais talentosos não viu empecilhos para chamar a Jurisprudência de "serva da Economia". E, com efeito, também na Jurisprudência penetra a forma econômica de consideração; mesmo no que ela tem de mais íntimo, nos manuais dos comentaristas dos digestos do Direito Romano, já se entrevê, aqui e acolá, o econômico. E nos julgamentos dos tribunais encontramos não raro, onde os conceitos jurídicos não têm mais como prosseguir, os chamados "pontos de vista econômicos". Enfim, para adotar a frase dita um tanto em tom de censura por um colega jurista: estamos "na moda".

Uma forma de consideração dos problemas que abre o seu caminho com tanta segurança corre o risco de certas ilusões e de superestimar o alcance dos próprios pontos de vista — sobretudo num sentido muito determinado. Assim como a difusão dos temas da cogitação *filosófica* — que já é perceptível externamente pelo fato de que as antigas cadeiras de Filosofia estão confiadas a, por exemplo, eminentes fisiólogos — freqüentemente levou os leigos à opinião de que as velhas questões sobre a essência do conhecimento humano não constituam mais os problemas últimos e centrais da Filosofia, assim também formou-se nas mentes da geração emergente a idéia de que, graças ao trabalho das ciências econômicas, tenha-se ampliado enormemente não apenas o *conhecimento* da essência das comunidades humanas como também que o *critério* pelo qual, em última instância, *valorizamos* os fatos tenha sido integralmente renovado. A Economia Política é vista como tendo condições para retirar ideais específicos da sua matéria própria.

Percebe-se a ilusão de óptica que leva a conceber ideais econômicos ou sócio-políticos independentes quando procuramos trazer à luz esses fundamentos "próprios" da avaliação com base na literatura da nossa ciência. Ao fazê-lo, defrontamo-nos com um *caos* de critérios valora-

tivos, alguns de caráter eudemonista, outros de caráter ético, e com freqüência ambos obscuramente identificados. Por todo lado, pronunciam-se juízos de valor com desembaraço — e renunciar a uma *avaliação* dos fenômenos econômicos significaria, de fato, desistir precisamente daquela tarefa que é exigida de nós. Não é contudo a regra, mas quase a exceção, que aquele que emite os julgamentos esclareça os demais e *a si próprio* sobre o cerne subjetivo último das suas apreciações; vale dizer, sobre os *ideais* a partir dos quais ele avança para a avaliação dos processos observados. Falta o autocontrole consciente, as contradições internas do julgamento não chegam à consciência do escritor e, quando ele se propõe formular genericamente o seu princípio especificamente "econômico", acaba caindo em formulações imprecisas. Na realidade os ideais que introduzimos na matéria da nossa ciência *não* são específicos e independentes, mas antes *os velhos tipos gerais de ideais humanos*. Somente quem se fundamenta no interesse puramente platônico do tecnólogo ou, inversamente, nos interesses de fato de uma classe determinada, seja ela dominante ou dominada, pode pretender extrair dessa matéria mesma o critério para o seu julgamento.

Seria então inútil que precisamente nós, discípulos da escola histórica alemã, observemos essas verdades tão simples? Justamente nós caímos facilmente numa ilusão: aquela de que possamos *abster-nos em geral* do próprio julgamento de valor consciente. A evidente consequência disso não é que ficamos fiéis a uma regra correspondente, mas que incorremos em instintos, simpatias e antipatias. E ainda mais facilmente ocorre que o nosso ponto de partida para a análise e a *explicação* dos processos econômicos também se torne inconscientemente determinante para o nosso julgamento a respeito. Talvez caiba justamente a nós precavermo-nos de que aquelas grandes características dos mestres atuais e passados da nossa escola, aos quais ela e a ciência devem seus êxitos, convertam-se em erros nossos.

Duas bases diversas para a consideração impõem-se à atenção do ponto de vista prático. Podemos observar o desenvolvimento econômico de uma perspectiva superior: do cimo da história administrativa dos grandes estados alemães, cuja administração e conduta em assuntos econômicos e sociais perseguimos na sua gênese — e dos quais nos tornamos involuntariamente apologetas. Quando — para permanecermos no nosso exemplo — a administração decide fechar a fronteira oriental, estaremos inclinados e aptos para encontrar nisso o final de uma série evolutiva histórica, que suscita elevadas tarefas para o Estado atual em nome de grandes reminiscências do passado. E, se tal decisão não se

verifica, é de se presumir que medidas radicais como essa são em parte inúteis e em parte não mais correspondem às concepções de hoje. Ou, ainda, podemos observar o desenvolvimento econômico a partir de baixo. Vemos então o grande espetáculo de como as lutas de emancipação das classes ascendentes destacam-se do caos dos conflitos de interesses econômicos, observamos como a situação econômica de poder desloca-se para o seu benefício — e involuntariamente tomamos o partido daqueles que ascendem, porque são mais fortes ou começam a tornar-se. Pelo mero fato de vencerem, elas parecem provar que representam um tipo “economicamente” superior da humanidade.

Com demasiada facilidade o historiador é dominado pela idéia de que a vitória dos elementos *mais* evoluídos seja evidente e que a derrota na luta pela existência seja sintoma de “atraso”. E sempre que esses numerosos sintomas daquele deslocamento de poder se verificam, isso lhe causa uma satisfação que não deriva somente da comprovação das suas observações, mas também, de que ele sente neles, de maneira pouco consciente, um triunfo pessoal: a história o confirmou. As resistências encontradas por aquela evolução são observadas por ele com certa animosidade inconsciente; elas não lhe parecem conseqüências naturais de um evidente jogo de interesses, mas uma espécie de revolta contra o “julgamento da História”. A crítica que devemos aplicar também a eventos que se nos apresentam como resultados irrefletidos de tendências evolutivas históricas abandona-nos no exato momento em que mais a necessitávamos. De todo modo já nos é demasiado próxima a tentação de nos convertermos em seguidores do vencedor da luta pelo poder econômico e, por essa via, *esqueçermos que o poder econômico e a vocação para a direção política da nação nem sempre coincidem.*

Aqui entramos numa última série de considerações de caráter mais prático-político, pois é conforme esse *critério de valor político*, que para nós nacionalistas econômicos é o único soberano, que também medimos as classes que dirigem, ou aspiram fazê-lo, a nação. Perguntamo-nos pela sua *maturidade política*, vale dizer, pela sua capacidade em cada momento para antepor os interesses permanentes do *poder* nacional a quaisquer outras considerações. É uma graça do destino para a nação quando a identificação ingênua dos interesses da própria classe com os da generalidade dos interesses permanentes de poder corresponde também a estes. Por outro lado, é também um dos equívocos causados pela superestima moderna do “econômico” no sentido usual do termo, quando se sustenta que os sentimentos políticos coletivos não suportam

o confronto com interesses econômicos divergentes do momento, ou até mesmo sejam *apenas* um reflexo da infra-estrutura econômica dessa situação mutável de interesses. Isso só é válido, e de modo aproximado, para épocas de transformação social fundamental.

Uma coisa somente é verdadeira: em nações nas quais, diversamente do que ocorre na Inglaterra, a dependência do seu florescimento econômico em relação à sua posição política não é cotidianamente explicitada, os próprios instintos para esses interesses especificamente políticos *não* residem, pelo menos não em regra, nas grandes *massas* da nação, que estão às voltas com as necessidades do dia — seria injusto exigir isso delas. Nos grandes momentos, no caso de guerra, também elas ficam sensibilizadas pela importância do poder nacional. Então fica demonstrado que o Estado nacional também repousa em bases psicológicas profundas entre as amplas camadas economicamente dominadas da nação e de modo algum é apenas uma “superestrutura”, a organização da classe economicamente dominante. Ocorre que em épocas normais esse instinto político da massa cai abaixo do limiar da consciência. Então converte-se em função específica das camadas dirigentes econômica e politicamente serem as portadoras do sentido político, que é a *única* base para justificar-se politicamente a sua presença.

Em todas as épocas, *atingir o poder econômico* foi o que permitiu a uma classe conceber-se como *candidata ao poder político*. É perigoso e incompatível a longo prazo com o interesse nacional que uma classe economicamente decadente mantenha em mãos a dominação política. Mais perigoso ainda, contudo, é quando classes *para as quais* se movimenta o poder econômico, e com isso a candidatura para a dominação política, ainda não estejam politicamente maduras para a condução do Estado. Ambos esses perigos ameaçam atualmente a Alemanha e nisso reside de fato a chave para os presentes perigos da nossa situação. E também as mudanças na estrutura social do leste alemão, às quais se referem os fenômenos discutidos acima, pertencem a esse contexto maior.

Até o presente, no Estado prussiano a dinastia apoiou-se politicamente no estamento dos *Junker* prussianos. É verdade que contra ele, mas também apenas com ele, ela criou o Estado prussiano. Bem sei que o nome *Junker* soa hostil para ouvidos meridionais alemães. Talvez se ache que eu falo uma língua “prussiana” quando digo uma palavra em seu favor. Não saberia fazê-lo, na realidade. Ainda hoje na Prússia muitos caminhos conduzem ao prestígio e ao poder para esse estamento

e também muitos caminhos para os ouvidos do monarca, fechados para outros cidadãos, estão abertos para ele. O estamento *Junker* nem sempre usou esse poder de maneira que o habilite a responder perante a História, e não vejo por que um intelectual burguês deveria amá-lo. Mas apesar disso tudo, a força dos seus instintos foi um dos maiores recursos disponíveis a serviço dos interesses de poder do Estado. Os *Junker* realizaram a sua tarefa e sofrem agora a sua agonia econômica, da qual nenhuma política estatal poderia reconduzi-los ao seu antigo caráter social. E também as tarefas do presente são diversas daquelas que eles poderiam desempenhar.

Durante um quarto de século estive à frente da Alemanha o último e o maior dos *Junker* [Bismarck] e o aspecto trágico que marca a sua carreira de estadista ao lado da sua grandeza incomparável, e que ainda hoje não é percebida por muitos, será provavelmente identificada no futuro na circunstância de que, sob a sua direção, a obra das suas mãos, a nação à qual deu unidade, modificou lenta e irresistivelmente a sua estrutura econômica e se converteu numa outra; num povo que forçosamente reivindicaria outras ordenações que não aquelas congruentes com sua natureza cesarista, que ele podia-lhe oferecer. No final foi isso mesmo que provocou o fracasso parcial da obra da sua vida. Pois essa obra deveria ter conduzido não somente à unificação externa, mas também interna da nação. E todos sabemos que isso não foi alcançado, nem poderia ser alcançado com os seus meios. (...)

As grandes propriedades rurais do leste alemão constituíam os pontos de apoio da classe dominante prussiana dispersa pelo país e também o ponto de referência social do aparelho administrativo estatal. Mas, com a sua desagregação, o fulcro da inteligência política desloca-se irresistivelmente para as cidades, ao desaparecer o caráter social da antiga nobreza fundiária. Essa mudança é o momento *político* decisivo do desenvolvimento agrário do leste.

Para que mãos, no entanto, desliza essa função política dos *Junker*, e como se definem esses beneficiários em termos de vocação política?

Sou membro da classe burguesa, sinto-me como tal e fui educado nas suas concepções e nos seus ideais. Cumpre, contudo, justamente à nossa ciência dizer o que não se aprecia ouvir — para cima, para baixo e também para a própria classe. E, quando eu me pergunto se a burguesia alemã está madura para ser a classe politicamente dirigente da nação, então não tenho como responder *hoje* pela afirmativa. O Estado alemão não foi criado pela força própria da burguesia e, quando ele foi

forjado, estava à frente da nação aquela figura majestosa talhada em madeira diferente da burguesa. As grandes tarefas de uma política de potência não foram apresentadas desde logo à nação. Somente muito mais tarde, e de modo tímido e um tanto contrafeito, começou uma “política de potência” extra-européia que não merece esse nome.

Após ter sido conquistada assim a unidade nacional e quando a sua “saturação” política estava estabelecida, a burguesia alemã, ébria de triunfo e sequiosa de paz, foi tomada por um singular espírito “a-histórico” e apolítico. A história alemã parecia ter-se encerrado. O presente era a plena realização dos milênios anteriores — quem se dispunha a perguntar se o futuro poderia julgar de modo diverso? Era como se a modéstia impedisse a história universal de abandonar esses êxitos da nação alemã e retomar a agenda do seu decurso cotidiano. Hoje tornamo-nos sóbrios, atraí-nos a experiência de levantar o véu das ilusões que nos escondem o lugar da nossa geração na evolução histórica da pátria. E parece-me que então julgamos de outro modo. Sobre o nosso berço pesava a maior maldição que a História possa reservar para uma estirpe humana: o duro destino de sermos os que vieram depois, *epígonos* políticos.

Não nos apresenta agora mesmo a pátria um semblante lamentável? Nos episódios dos últimos meses, pelos quais a responsabilidade cabe primordialmente a políticos burgueses, em muito daquilo que se disse *no* Parlamento e *para* ele, aqueles entre nós que não perderam a capacidade de odiar a mesquinha reconhecera, com a paixão da tristeza revoltada, a atividade menor de epígonos políticos. O formidável sol que ocupava o zênite da Alemanha e fazia brilhar o nome alemão nos rincões mais remotos parecia mesmo ser demasiado grande para nós. Seu fogo aniquilou a nascente capacidade de julgamento da burguesia. Pois o que ela nos apresenta? É por demais patente a ansiedade de uma parcela da grande burguesia pelo advento de um novo César que a proteja, tanto para baixo, contra as massas populares em ascensão, quanto para cima, contra veleidades de política social que suspeita existirem nas dinastias alemãs. E uma outra parcela de há muito submergiu nas preocupações menores das quais amplas camadas da pequena burguesia jamais despertaram. Quando, logo após as guerras de unificação, as primeiras tarefas positivas da nação se apresentaram e com elas a idéia de uma expansão extra-européia, já lhes faltava até mesmo a compreensão *econômica* elementar que lhes faria ver quanto representaria para o comércio alemão em mares longínquos a presença da bandeira da Alemanha nessas costas.

Não são causas econômicas, nem a tão alegada “política de interesses”, que outras nações conhecem tão bem quanto nós, as responsáveis pela imaturidade política de amplas camadas da burguesia alemã. A causa está no seu passado apolítico, está em que a educação política de um século não pode ser recuperada numa década e de que o domínio de um grande homem nem sempre é um meio de educação política. E a séria questão para o futuro político da burguesia alemã é agora a de se já não é *tarde* demais para recuperar esse atraso. Nenhuma instância econômica pode substituir essa educação política.

Serão outras classes as portadoras de um futuro político mais elevado? O proletariado moderno apresenta-se cheio de segurança como herdeiro dos ideais burgueses. Quais são as suas qualificações para reivindicar a condução política da nação?

Quem dissesse hoje para a classe trabalhadora alemã que ela está politicamente madura ou em vias de atingir a maturidade política seria um adulator e um aspirante à duvidosa coroa da popularidade.

Do ponto de vista econômico as camadas mais elevadas da classe trabalhadora alemã são muito mais maduras do que o egoísmo das classes proprietárias está disposto a reconhecer, e é com toda a razão que ela reivindica a liberdade de fazer representar os seus interesses também sob a forma da luta abertamente organizada pelo poder econômico. Do ponto de vista político ela é infinitamente mais imatura do que deseja-lhe fazer crer uma claqué de jornalistas desejosa de monopolizar a sua direção. Nos círculos desses burgueses desclassificados são muito apreciadas as reminiscências da época de há mais de 100 anos — e conseguiu-se de fato instilar aqui e acolá em mentes temerosas a idéia de que neles estejam os herdeiros espirituais de 1848. Só que eles são infinitamente mais inofensivos do que imaginam ser. Neles não vive uma centelha sequer daquela energia catilínaria da ação, mas evidentemente também nenhum traço da violenta paixão nacional que movia os homens de 1848. Não passam de lamentáveis artesões políticos — faltam-lhes os grandes instintos de poder de uma classe chamada para a condução política.

Não são apenas os interesses do capital os adversários políticos da participação dos trabalhadores no domínio do Estado, ao contrário do que se lhes faz crer. Um exame dos gabinetes de trabalho dos eruditos alemães revelaria poucos traços de uma comunidade entre os seus interesses e os do capital. No entanto, também a eles perguntamos pela sua maturidade política. E como nada há de mais aniquilador do que

a condução por uma *mediocridade* desprovida de educação política e como o proletariado alemão ainda não perdeu esse caráter, *por isso* somos seus adversários políticos. E por que o proletariado da Inglaterra e da França é, em parte, diferente? A causa disso não reside apenas no trabalho educativo econômico que a luta organizada de interesses propiciou aos trabalhadores ingleses. Encontra-se, mais uma vez, numa instância eminentemente política: a ressonância da *posição de potência mundial*, que continuamente põe o Estado diante de grandes tarefas de política de potência e envolve o indivíduo num aprendizado político crônico, que ele só sente entre nós quando há uma ameaça aguda nas fronteiras. É decisivo também para o nosso desenvolvimento se uma grande política será capaz de fazer-nos ver novamente a significação das grandes questões políticas de poder. Devemos compreender que a unificação da Alemanha foi uma proeza juvenil que a nação cometeu nos seus dias tardios e que melhor seria que não tivesse feito, se ela deveria representar o encerramento e não o início de uma política de potência mundial da Alemanha.

O *ameaçador* da nossa situação, no entanto, é que as classes burguesas parecem fenecer, enquanto portadoras dos interesses de *poder* nacionais e que ainda não há sinais de que as classes trabalhadoras estejam começando a adquirir maturidade para tomarem o seu lugar.

Ao contrário do que acreditam aqueles que olham hipnotizados para as profundezas da sociedade, não é nas *massas* que reside o perigo. Não é uma questão sobre a situação econômica dos *dominados*, mas sim, aquela sobre a qualificação política das classes *dominantes e emergentes* que constitui o conteúdo último do problema político-social. O objetivo do nosso trabalho político-social não é a felicidade do mundo, mas sim a *unificação social* da nação — que foi rompida pelo desenvolvimento econômico moderno — tendo em vista as pesadas lutas vindouras. Caso fosse possível efetivamente criar uma “aristocracia operária” portadora da visão política de que atualmente sentimos falta no movimento trabalhista, somente então a lança para a qual o braço da burguesia ainda não parece ser bastante robusto poderia passar para esses ombros mais largos. Até lá ainda parece haver um longo caminho.

Para agora, contudo, o que vemos é a necessidade de um inaudito trabalho de educação política, e não há dever mais sério para nós do que, cada qual no seu pequeno círculo, estarmos conscientes precisamente *dessa* tarefa: a de colaborar na educação política da nossa nação. E este também deve permanecer como o objetivo último da nossa ciência. A evolução econômica em períodos de transição ameaça desa-

gregar os instintos políticos naturais. Seria uma lástima se também a ciência econômica seguisse o mesmo rumo, na medida em que ela acalentasse um eudemonismo macio, por mais espiritualizado que fosse na forma, por detrás da ilusão de ideais “sócio-políticos” independentes. (...)

Também em face da violenta penúria das massas da nação, que pesa sobre a consciência social mais apurada da nova geração, devemos reconhecer francamente que ainda mais fortemente pesa sobre nós a consciência da nossa responsabilidade *perante a História*. Não será dado à nossa geração ver se a luta em que nos empenhamos dará frutos, se o mundo vindouro nos reconhecerá como seus antepassados. Somente conseguiremos quebrar a maldição sob a qual nos encontramos, a de sermos descendentes de uma era politicamente grandiosa, se soubermos tornar-nos algo diverso — a saber, os precursores de uma época maior. (...)

### 3. A “OBJETIVIDADE” DO CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS \*

A revista [*Arquivo para a Ciência Social e Política Social*] sempre tratou todos os objetos de suas análises como de natureza sócio-econômica. Embora não seja esse o momento para dedicar-se a determinações de conceitos e delimitações de ciências, impõe-se um esclarecimento sumário acerca do sentido disso.

Todos aqueles fenômenos que, no sentido mais amplo, designamos por “sócio-econômicos” vinculam-se ao fato básico de que a nossa existência física, assim como a satisfação das nossas necessidades mais ideais, defrontam-se por todos os lados com a limitação quantitativa e a insuficiência qualitativa dos meios externos, que demandam a previsão planejada e o trabalho, a luta com a natureza e a associação com homens. Por sua vez, o caráter de fenômeno “sócio-econômico” de um evento não é algo que lhe seja “objetivamente” inerente. Pelo contrário, ele está condicionado pela orientação do nosso *interesse* de conhecimento, e essa orientação define-se conforme o significado cultural que atribuímos ao evento em questão em cada caso particular. Sempre que um evento da vida cultural vincula-se direta ou indiretamente àquele fato básico, através daqueles elementos da sua especificidade nos quais repousa para nós o seu *significado* próprio, ele contém ou pelo menos pode conter, conforme o caso, um *problema* de ciência social; ou seja, envolve uma tarefa para uma disciplina que toma por objeto a pesquisa do alcance do fato básico apontado acima.

Entre os problemas econômico-sociais podemos estabelecer distinções. Temos eventos e complexos deles, normas, instituições etc., cujo

\* Reproduzido de WEBER, M. “Die ‘Objektivität’ Sozialwissenschaftlicher und Sozialpolitischer Erkenntnis.” In: *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. 4. ed., organizada e revista por Johannes Winkelmann. Tübingen, J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1973. p. 161-214. Não foi incluída a seção introdutória do ensaio (p. 146-61). Trad. por Gabriel Cohn.